



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 30/09/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD)** – Bom dia a todos. Estão abertos os trabalhos da audiência pública em cumprimento ao disposto do Artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101 de 2000, que determina: “até os meses de maio, setembro e fevereiro, o Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento de metas fiscais para cada exercício”.

Quero informar que a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico encaminhou à nossa equipe informações com o seguinte teor: “com referência à audiência pública sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal a realizar-se no dia 30 de setembro, às 9 horas, informo que, em representação da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, comparecerão, além do Sr. Secretário Rogério Ceron, os seguintes servidores: Gina Argelim Pagoto, Mamerto Granja Garcia e André Luis Galvão de França Filho”. Já deixo convidados o Sr. Secretário e os três assessores para que componham a Mesa de trabalhos.

Quero anunciar também que o nosso presidente do Tribunal de Contas do Município Roberto Braguim, igualmente, encaminhou documento com o seguinte teor: “Em atenção ao Ofício CFO 176/2015, sirvo-me do presente para informar a V.Exa. que o Sr. Marcos Schultz, agente de fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização da Casa” – Tribunal de Contas – “participará da audiência pública”. Também a ele agradeço a presença.

Gostaria de suspender momentaneamente os trabalhos para a composição da Mesa, que, tão logo se finalize, reabriremos os nossos trabalhos.

Anunciando que, até esse momento, 09h02min, contamos apenas com a presença do Presidente Vereador José Police Neto, estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

**O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD)** – Reabertos os trabalhos, agradecemos a presença do Sr. Secretário Rogério Ceron, assim como à Sra. Gina e aos Srs.

André e Mamerto, e já solicito que esses quatro representantes da Secretaria de Finanças – o Secretário e a equipe que o acompanha – tomem seus assentos à Mesa.

Também gostaria de solicitar ao nosso agente de fiscalização Marcos Schultz que divida a Mesa conosco para a apresentação do segundo quadrimestre de 2015, valores provisórios, que será realizada pelo Secretário Auditor Fiscal de carreira, Rogério Ceron.

Passo, portanto, a palavra ao Sr. Secretário Rogério Ceron.

**O SR. ROGÉRIO CERON** – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, faço uma breve apresentação e fico à disposição para discutir e demonstrar o cumprimento das metas fiscais da Prefeitura de São Paulo no segundo quadrimestre do exercício de 2015.

**O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD)** – Essa presidência suspenderá os trabalhos por dois minutos para conexão do equipamento e, em seguida, voltamos com a apresentação do Sr. Secretário já com o suporte de mídia.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

**O SR. PRESIDENTE (José Police Neto)** – Reaberto os trabalhos. Devolvo a palavra ao nosso Secretário Rogério Serão.

**O SR. ROGÉRIO SERÃO** – Agradeço, Presidente.

Em continuação, o primeiro tópico, sobre receitas, ou desempenho das receitas do município no período de janeiro a agosto de 2015. Nesses dois primeiros quadrimestres a receita alcançou o total de 31,052 bilhões de reais, sendo 31,684 de receitas correntes, as deduções das receitas correntes de 1,443 e um total de receitas de capital de 811 milhões. Isso significa uma variação nominal de 13% sobre 2014, o que é um desempenho que tem fatores extraordinários que permitiram isso, mas é um desempenho bastante satisfatório tendo em vista o contexto econômico que estamos vivenciando.

No próximo *slide* há um detalhamento desse desempenho, uma abertura. Na receita tributária, que é a receita que o município possui o maior controle e é a principal fonte de receita do ente, a receita alcançou 15 bilhões nos dois primeiros quadrimestres, tendo uma variação de 8,7%, que basicamente está em linha com a inflação, é levemente... Enfim, a tendência ainda sendo suficiente para cobrir a retração econômica que ocorreu.

Outras receitas. Tem dois itens importantes que devem ser dados destaques, um é receita patrimonial, que somou um bilhão e 300 até o momento, com uma variação de mais de 140%. Ela é decorrente da renovação de um contrato de administração das disponibilidades de caixa e da folha de pagamento da Prefeitura com o Banco do Brasil, um contrato que foi firmado no final do ano passado e um pouco dessa receita decorrente da exploração desse serviço ingressou no exercício 2015, de forma parcelada até junho e esse foi o motivo para essa variação.

Na parte de outras receitas correntes, também um desempenho bastante substancial em relação ao ano anterior, 2,6 bilhões, principalmente por conta do Programa de Parcelamento Incentiva do município. O programa entrou no início deste ano, finalizamos em junho e por ele houve uma renegociação de mais de três bilhões de reais, quase quatro bilhões de reais, sendo que para o exercício de 2015 teremos ingresso de quase 1,5 bilhão de reais.

Um detalhamento ainda das principais receitas, um destaque importante para o ITBI, que cresce 24% no período, alcançando 1 bilhão, 150, o IPTU também com desempenho ligeiramente superior à inflação do período e o ISS, com uma pequena retração real. Isso é fruto do desempenho econômico aqui na cidade. O boletim Regional do Banco Central já apontava no exercício de 2014 uma redução significativa na cidade, do ponto de vista econômico. Em 2015 isso se materializou com mais intensidade no País como um todo, mas a cidade continua sendo afetada e o setor de serviços começou também a ser afetado.

Ainda assim as principais receitas do município cresceram 6,6 nominal nesse período. O grande destaque negativo é o ICMS, esse sim, ele não é gerenciado pela Secretaria

de Finanças da Prefeitura, ele é um tributo estadual do qual o município tem uma cota parte, e ele tem um desempenho de variação de só 0,9% em 2015 contra 2014, o que significa uma intensa queda real da ordem de 8%, o que é muito significativo para um único exercício. Nos preocupa muito, é uma fonte importante de receita. Certamente o Estado vem fazendo o que é possível, mas de fato tem sido uma queda bastante significativa e ela teria sido pior se não tivesse ocorrido os reajustes de energia.

Uma breve comparação entre o desempenho entre os principais tributos administrados pela Prefeitura, pelo município em contraposição com os principais tributos do Estado e do Governo Federal. Nos dois primeiros quadrimestres a somatória de ISS, IPTU e ITBI permitiram uma expansão nominal de 8,4% o que significa zero de crescimento real, mas dado o contexto de redução de atividade, ainda assim conseguiu que o município sofresse uma queda real de receita nesses três tributos. Por outro lado, no Estado a somatória de ICMS e IPVA teve uma queda real de 4,2%, uma variação somente de 3,8 e o ICMS com desempenho pior ainda.

No Governo Federal uma reavaliação nominal de 4,2, IR, Cofins e Contribuição Sobre o Lucro Líquido, 4,2% de variação nominal e 3,8 de queda real. Claro que são tributos diferentes, que tem bases tributáveis distintas, mas é uma forma de fazer comparação relativa entre o desempenho da administração tributária municipal vis a vis outros entes.

Nas receitas de capitais, a variação é de 11% sobre o ano anterior. Não é uma fonte de receita atualmente representativa no bolo do orçamento do município. Tem algum resquício de operação de crédito, são 15 milhões no exercício de 2015. Essas operações são decorrentes dos programas de fomento que são excluídos das vedações de operação de crédito para modernização da administração tributária. Então aqui é PNFM, PEMAT, são valores pequenos, mas que são excetuados das restrições que acabam ajudando as melhorias e desenvolvimento dos sistemas da Secretaria.

A parte de alienação de bens teve uma alienação recente, de um imóvel no valor de

70 milhões e transferências de capital, que inclui transferências do Estado e do Governo Federal, 500 milhões de reais, totalizando 811 milhões nesses dois últimos quadrimestres, uma expansão de 11%, uma pequena expansão real.

Agora falando um pouco sobre as despesas. Despesas no conceito despesas liquidadas, que é como a gente trabalha e no último quadrimestre a gente acabou utilizando o empenhado. As despesas nos dois primeiros quadrimestres somaram 27 bilhões de reais, o que significou uma expansão de 6,6%, sendo que 7,2 dessa expansão de 6.6 houve uma expansão um pouco maior das receitas correntes, 7,2%, o que é um decréscimo real em relação ao exercício anterior, e uma variação de 1,7 nas despesas de capital, que também é uma redução real em relação ao ano anterior.

Aqui vale um pouco a comparação com o despenho da receita corrente mostrando que a receita tem superado a variação da despesa, o que é saudável para o município, apesar de todas as dificuldades que estamos enfrentando.

Detalhamento das despesas correntes, pessoal e encargos. Bom, despesa corrente como um todo atingiu 24 bilhões de reais, sendo que pessoal e encargos 11 bilhões, uma expansão de 12% em relação ao ano anterior. Aqui principalmente tem até um detalhamento, tem ativos com uma variação de 10% e inativos. Inativos já é um item de conhecimento da Casa, que vem sendo debatido, dentro do Executivo muitas discussões sobre o assunto, é uma despesa que tem uma inércia, tem um crescimento, isso ocorre em todo o País, então tem sido discutido bastante alternativas para encontrar um equilíbrio em longo prazo no sistema previdenciário municipal. Nos ativos uma variação de 10%, o principal item aqui, passaram pela Casa alguns projetos de reestruturação no final do exercício do ano passado. Aqui o que representa a maior parte da variação, uma reestruturação na área da saúde, houve uma profunda reestruturação nas carreiras na área médica, de enfermagem. Isso era algo importante e necessário e explica a variação aqui. A variação é um valor e não em quantidade.

Juros e encargos da dívida, uma redução no conceito de despesa liquidada, porque

como também já foi abordado aqui na Casa, o município conseguiu a liminar pra surtir os efeitos da Lei Complementar 148 e posterior complementada com a Lei Complementar 151, embora depois o município tenha celebrado um acordo judicial com o Governo Federal e repassado a título de depósito judicial as diferentes, ainda assim no conceito despesa liquidada esses valores não entraram e ele tem uma redução importante aqui. Outras despesas correntes, uma variação de 9,5%, praticamente ausência de crescimento real.

Na parte de despesas de capital, uma variação de 1,7, alcançando praticamente três bilhões de reais no exercício de 2015, até o momento, nos dois primeiros quadrimestres. Investimentos, 1,7 bilhões, o que significa no conceito de despesa liquidada uma redução de 6,6%, ainda representando uma queda, certamente uma das menores quedas entre todos os entes do País. Todos estão tendo reduções de investimento que chegam a praticamente 100%, em alguns casos praticamente zerando de fato a base de investimentos do exercício. Isso está acontecendo uma redução profunda no Governo do Estado, em vários estados, em várias prefeituras, em muitas capitais, e o município tem tentado, na medida do possível, apesar das restrições, manter o nível de investimento.

Do ponto de vista de despesas empenhadas, o município continua com o nível de empenho acima do ano anterior, do que tem obras contratadas e em andamento, o município está conseguindo manter um patamar, ainda com todas as dificuldades, acima do exercício anterior.

Um pouco sobre restos a pagar. O saldo de restos a pagar no início do exercício era de 2,3 bilhões. Ocorreram pagamentos da ordem de 1,3, cancelamentos, que são naturais pela não materialização das despesas, de 569 milhões, e restaram 443 milhões de reais a serem quitados. Aqui basicamente são os restos a pagar ainda decorrentes dos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento para a zona Leste, para o estádio da zona Leste, que foi o Itaquerão, que é o nome mais conhecido, foi um incentivo dado pela Prefeitura para viabilizar a realização da Copa do Mundo aqui no município de São Paulo. Então esses certificados foram

emitidos e tem esses empenhos que lastreiam esses certificados que são usados para quitar tributos.

Um pouco sobre resultados, dívidas e limites. Do ponto de vista do resultado orçamentário consolidado. Então a receita realizada de janeiro a agosto foi de 31 bilhões, o que representa uma execução sobre o orçamento aprovado de 60%. Do ponto de vista da despesa liquidada 27 bilhões, 122, o que significa 53% do orçamento e no conceito de despesa empenhada 37 bilhões. Para fins do resultado orçamentário, que é contraposição entre receita realizada e a despesa liquidada, uma resultado orçamentário de 3,9 bilhões, praticamente quatro bilhões, o que é natural, a receita tem uma sazonalidade maior nos meses iniciais do ano e as despesas têm uma sazonalidade maior que se intensificam ao longo do ano. Então, por um lado, é muito positiva a existência desse resultado, porque ele mostra a solides orçamentária e fiscal do município e permite ter uma certa tranquilidade para esse último quadrimestre, que costuma ter um desempenho de receitas inferior às de despesa e o resultado orçamentário acumulado serve para compensar isso.

Questão do resultado primário. O município, receita primária total é de 30 bilhões até o final do segundo quadrimestre, despesa primária liquidada é de 25 bilhões, o que gerou um resultado primário acumulado até o momento de 5,3 bilhões contra uma meta fixada na LDO de 100 milhões. 5,3 milhões, assim como o resultado orçamentário, esse resultado primário acumulado também vai se compensando ao longo do tempo, mas mostra um grande conforto. O resultado primário, assim como aconteceu no exercício de 2014; em 2014 o município de São Paulo foi o segundo ente do País com maior resultado primário, só perdemos para o Governo do Estado de São Paulo. Neste exercício, segundo os boletins regionais do Banco Central, o município estava em segundo e, salvo engano, é o ente que tem mantido o maior superávit primário em todo o País. Então isso, novamente, o objetivo da gestão fiscal não é simplesmente gerar resultado primário, mas dentro de um contexto de dificuldade econômica para todos os entes é um resultado expressivo e mostra a responsabilidade no trato das

finanças aqui no município.

Aqui um gráfico só para ilustrar um pouco como o resultado está acima da meta. Na questão do resultado nominal, outra meta importante, que o resultado nominal significa a variação da dívida fiscal líquida, grosso modo, a variação do endividamento do município de um período a outro. Então a meta fixada para o exercício é de 6,8 bilhões, até o momento a variação desse endividamento foi de 3,4, 3,392, então tem um espaço importante, suficiente para fechar com alguma folga o exercício.

Tem questões que pressionam, o câmbio tem tido uma variação anormal, ou não esperada nessa intensidade, isso tem algum reflexo, ele tem duas formas de transmissão para o endividamento. Uma direta, o município, ainda que pequeno, o município tem algum resquício de dívida em dólar, e também em o canal de transmissão via, por enquanto, de IGPD. Então a variação do câmbio acaba afetando os índices de inflação que servem para corrigir alguns dos contratos e, por enquanto, ele serve para corrigir o contrato da dívida com a União, que até o momento, enquanto não for regulamentado, não foi feito o aditivo, permanece o IGP para todos os fins formais, então ele acaba tendo algum impacto. Mas ainda assim achamos que não vai haver solução e vamos poder cumprir com relativa folga os resultados.

Aqui um gráfico para ilustrar o quanto o resultado, quanto menor melhor, ou seja, quanto menor for a variação de endividamento é um resultado importante, positivo porque significa que o patrimônio do município está se elevando. Um segundo gráfico da dívida fiscal líquida total, só para exemplificar e um pouquinho sobre os limites da RCL, a receita corrente sobre a receita corrente líquida. O primeiro da despesa de pessoal, que ele junto com o resultado primário e resultado nominal significa que são os pilares da LRF. Então o limite para o município é de 60%, atualmente nós estamos em 35,4%. Novamente é um dos melhores indicadores, melhores índices entre todos os entes subnacionais, então o município tem bastante folga, bastante tranquilo. Quanto maior, a maior dificuldade de alguns entes é que já estão no limite constitucional, inclusive o Governo do Estado. Então o município continua

mantendo um patamar bastante saudável.

Garantia de valores. Tem um total de até 22% permitido pelas resoluções do Senado. O município praticamente não tem garantias, 0,18. E operações de crédito. O município desde 200, quando assinou o contrato da dívida com a União não tem liberdade para realizar operações de crédito. Então um primeiro limite que é de 16% para realização de uma operação de crédito no exercício não foi utilizado, antecipação de receita também não. Então aqui não se aplica no momento.

Agora a gente chega um pouquinho de comentário sobre a dívida, porque ela vai ter, ele já está tendo e terá reflexos importantes sobre o município e é um assunto que sempre vale a pena detalhar de alguma forma.

Aqui é um gráfico para ilustrar um pouco como esse contrato estava distorcido, ele gerava uma situação difícil de ser administrada, não só difícil de ser administrada por esta gestão, mas por todas as outras, e ele mostra que quando esse contrato foi assinado – todos em valores atualizados para 2015 – em 2000, em valores de hoje, representaria uma dívida de 14,4 bilhões. Ao final de 2004, do ciclo da gestão Marta Suplicy, essa dívida já estava em 29 bilhões, fruto dos encargos incidentes sobre esse contrato. Ao final de 2012, no período da gestão Serra e depois Kassab, já estava em 56 bilhões, quase 57 bilhões, não por culpa de um ou outro, mas porque realmente esse contrato era atrelado ao IGP, com juros de 9% ao ano, que gerava uma situação explosiva para o município, e como ficaria no final de 2016 também se não tivesse sido aprovada a Lei Complementar 148 e a Lei Complementar 151. A dívida fundada do município ia alcançar quase 77 bilhões, um valor muito expressivo, lembrando que ele era de 14 bilhões no momento da assinatura, em valores atualizados. Além de ter sido feito todos os pagamentos em dia, ainda assim tinha esse valor. E lá em 2030, com uma projeção que a gente já divulgou bastante, inclusive aqui na Casa, chegaria a 220 bilhões. A linha de cima, a linha de tendência era a relação entre a dívida fundada e a receita corrente líquida. Também para mostrar que tinha uma dificuldade muito grande de fazer com que essa relação

se aproximasse dos 120%, que é o que está previsto na resolução do Senado.

Com a nova lei que falei, LC 148, que permitiu esse recalcule da dívida, esse desconto da dívida e reduziu, alterou os encargos daqui para frente tornando ele mais próximo, no máximo, igual à variação da Selic e isso vai acabar tendo um efeito muito positivo para o município no futuro. A partir do final, a Lei Complementar 151, que de alguma forma complementou o que faltava na Lei 148 determinou que até 31 de janeiro de 2016 o Governo Federal precisa regulamentar a Lei Complementar 148 e aplicar os descontos previstos e as mudanças nos encargos previstos se não o fizer todos os entes subnacionais estão autorizados a aplicar a lei da mesma forma sem os aditivos contratuais.

Ocorrendo isso, no final de 2016, a relação dívida receita vai ficar na ordem de 70% a 80% na receita corrente líquida, lembrando que o limite é de 120%, o município passa a ter uma situação bastante confortável. Então, era esse uma breve visão geral sobre o que aconteceu nesses dois primeiros quadrimestres, município, assim como todos os outros vem enfrentando dificuldades, o cenário econômico é ruim, a cidade está passando por... tem reflexo na economia da cidade assim como ocorre no país todo, com exceção, salvo engano, com exceção do nordeste, que continua com crescimento econômico e o resto, todas as regiões estão passando por dificuldades. Mesmo assim a gestão fiscal tem tido um desempenho dentro das possibilidades satisfatórias do ponto de vista de receitas, das variações das despesas, sem perder o controle, garantindo o cumprimento das metas fiscais que foram pactuados e aprovados na casa na LDO. Então, dito isso, estou à disposição para qualquer esclarecimento e dúvidas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (José Police Neto)** - Agradeço ao Sr. Secretário. Temos três inscritos para o pronunciamento.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Sou Presidente da Com Fé São Paulo Trabalho e

Empreendedorismo, que é um órgão institucional da União Cosmos Sustentabilidades das Nações Trabalhistas e Empreendedoras das Cidades. Pontuo aqui respeitosamente e democraticamente duas perguntas para o Sr. Secretário. A cidade de São Paulo tem um PIB anualmente de 436 bilhões, ela contribui com 38,9 do PIB Paulista e 13% do PIB Nacional, mas ao longo desses anos, tem sido desviado cerca de 10 a 12 por cento do PIB paulistano e São Paulo tem uma dívida de quase 52 bilhões. Investigamos essa dívida e 8,3% foi desviado, o dinheiro está no paraíso e o que foi recuperado não chega a 1%. Tanto que há 12 anos, numa audiência pública no Senado, apresentei uma tese do Governo federal zerar essas dívidas e começar um processo em São Paulo e nas demais cidades e um processo de investigação de dizer do dinheiro daqui de São Paulo e das demais cidades do país. Mas, aqui eu pontuo duas perguntas, se o Sr. tiver dados, dessa contribuição para o PIB paulista e federal quais são o retorno de políticas públicas de infraestruturas que o governo estadual retorna aqui para a cidade de São Paulo e o Governo Federal.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (José Police Neto)** – Tem a palavra o Sr. Flávio Capello, do gabinete do Vereador Andrea Matarazzo.

**O SR. FLÁVIO CAPELLO** – Bom dia. Eu sou Flavio Capello, assessor do Vereador Andrea Matarazzo. Secretário, V.Exa. citou sobre a liminar e o acordo judicial que envolvem juros em cargos da dívida. Quando a gente acompanha no mês a mês de fato se percebe que a partir de abril as despesas com juros e encargos despencam. A pergunta é, se a Prefeitura está depositando em juízo essa diferença? A segunda é se de fato essa diferença será levantada no final de 2015 ou começo de 2016? Quando esses recursos ao ser levantados voltarem, digamos assim, para a Prefeitura, como eles serão tratados orçamentariamente?

**O SR. PRESIDENTE (José Police Neto)** – Tem a palavra o Sr. André.

**O SR. ANDRÉ** – Bom dia a todos, bom dia Sr. Secretário, bom dia Presidente da Comissão Police Neto, gostaria de saber o seguinte: acho que todos aqui estão cientes dos

apontamentos das contas do município no ano passado feitas pelo Conselheiro Domingos Dissei de que houve um descompasso muito grande entre a estimativa da receita e o que foi efetivamente realizado. Nesse ano não tem sido diferente, as receitas de capital estão muito abaixo do que foi estimado pela lei orçamentária anual.

Gostaria de saber o que o município pretende fazer para diminuir esse descompasso, se existe alguma ação com relação às receitas correntes para diminuir o impacto da não efetivação das receitas de capital, gostaria de saber também qual a estimativa, é bem difícil nesse cenário econômico adverso, a gente fazer uma estimativa clara e assertiva, mas queria saber se a prefeitura já fez esse exercício de quanto nós vamos arrecadar até o final desse ano. Eu acho que antemão é isso. Estamos arrecadando acima da inflação, só que abaixo do que foi previsto na lei orçamentária anual. Foi citada a crise, etc, mas eu queria saber se existem mais elementos?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (José Police Neto)** – Tem a palavra o Sr. Secretário Rogério Serrão.

**O SR. ROGÉRIO SERRÃO** – Quanto à primeira pergunta, se houve retornos em investimentos em políticas do governo estadual e governo federal, de fato, isso tem um pouco a ver com o fato com o pacto federativo, sem entrar no mérito dele, mas de fato, os tributos retirados da cidade de São Paulo e da atividade econômica, eles não retornam na sua integralidade para ao próprio município. O nosso repasse do FPM, que é o Fundo de Participação dos Municípios, se hoje é da ordem de menos de 200 milhões de reais e se ele fosse proporcional à arrecadação de imposto de renda e de IPI aqui na cidade seria da ordem de quatro milhões de reais, então, tem um descompasso grande. Por que isso ocorre?

Por conta do pacto federativo esse recurso é retirado do município e distribuído para outras regiões. Novamente sem entrar no mérito do quanto isso permanece necessário nos dias de hoje, de fato, isso ocorre. O retorno dos tributos que são retirados da atividade

econômica das famílias aqui do município não retornam à Prefeitura para fazer uma aplicação na cidade e tampouco por meio de políticas federais e estaduais, mas isso tem um pouco a ver com o pacto federativo. Não é algo deliberado, está previsto na Constituição, mas ocorre. Há retorno, o governo estadual investe no município, tem obras no metrô, o governo federal também tem tentado dar apoio em várias políticas, mas é obvio que em relação á arrecadação do município a retirada é inferior.

Quanto à pergunta do Fábio Capello, os depósitos estão sendo feitos em juízo, então, contextualizo o que aconteceu só para uniformizar. Em abril o município conseguiu uma liminar para conseguir que os efeitos da lei complementar 148 passassem a surtir efeito no município de São Paulo, no entender do município estava ocorrendo uma demora ainda que compreensível, uma demora excessiva por parte da União em regulamentar a lei e o município ingressou em juízo e conseguiu a liminar. Com isso, nos meses de abril até agosto o município passou a fazer o pagamento já de acordo com a nova lei, sem fazer o depósito judicial da diferença. Em agosto o município celebrou um acordo judicial, com a união por meio do qual o município se comprometeu a pagar os valores devidos já com a regulamentação e isso é o que está sendo feito e depositar a diferença em juízo. Inclusive desde abril de 2015.

Todos os valores que foram executados a menores foram depositados em juízo até o final de agosto. Houve uma saída expressiva de caixa neste período. Esse acordo prevê a devolução desses recursos com o aditivo da dívida a ser celebrado até 31 de janeiro de 2016. Então após o dia 31, ou antes, o município terá direito a reaver esses recursos. Já respondi a segunda pergunta e caímos na terceira.

Até para uma questão de transparência estamos incluindo ele na proposta orçamentária de 2016, vai entrar como uma receita orçamentária, então há uma previsão do ingresso a ordem de 1,4 ou 1,5 bilhões de reais para que a despesa possa ser discutida na proposta de lei orçamentária para 2016. Então, fica da forma mais transparente possível a locação. Então, esse recurso voltará ao município em 2016 e a locação dele vai ser discutida

aqui na Casa a partir do envio da proposta que vai se realizar na data de hoje. Esse é o contexto relacionado ao assunto. Com isso a transparência fica preservada.

Em relação aos questionamentos do André sobre as estimativas de receitas de capital e sua realização abaixo dessa estimativa isso de fato vem sendo apontado pelo tribunal de contas do município, nós temos de forma transparente tentado fazer esse diálogo.

Com as receitas correntes isso não ocorre. De fato, são receitas em que a previsibilidade é maior, e o controle sobre sua realização também é maior por parte do Município. Então mesmo num cenário como esse, que tem restrições, a Administração tenta buscar formas de conseguir atingir o que foi previsto na Lei Orçamentária.

A receita de capital envolve geralmente repasses do governo estadual e do governo federal, e, em alguns casos, são alienações. Na previsão, a melhor técnica é prever aquilo que está “contratualizado” – convênios que existem. Então, de fato, há um cronograma de realização e de repasse que são previstos na Lei Orçamentária. E da forma mais clara e técnica possível, digo com segurança que é o melhor caminho a ser seguido. Isso dá transparência. E o fato de prever a receita e a sua despesa não gera, necessariamente, obrigatoriedade de execução. Então, se a receita não ingressar, a obra não se realiza, no limite. Claro que se for uma obra fundamental, e que de alguma forma precisa ser viabilizada naquele momento, há que se buscar meios e alternativas para financiá-lo. Mas, de fato, é uma despesa sobre a qual se tem um controle maior. Seria temerária se essa expectativa de receita de capital fosse base para contratualização de despesa corrente e perene, porque aí, sim, teríamos um problema grave. No caso, o entendimento é que não. E é uma receita que foge ao nosso controle, então dependemos da execução e da liberação de repasse do Governo Estadual e do Governo Federal.

De fato, a realização foi aquém no exercício de 2014, embora do ponto de vista da previsão acho que é a melhor técnica – são receitas que possuem convênios por trás, e, portanto, precisam ser previstas, esclarecidas para a sociedade que há uma intenção de fazê-lo. E claro que depende de um repasse de outro ente, mas o município tem que fazer tudo para conseguir viabilizar. E nos idos de 2015 também tem alguma frustração. E também é notório e é público que há uma dificuldade tremenda em todos os entes, inclusive no Governo Estadual, e, principalmente, no Governo Federal, o que tem afetado as transferências de receita de capital, não só para o Município de São Paulo, mas também para todos os entes.

Do ponto de vista do município, o que ele pode fazer ele tem feito no sentido de avançar com as licitações, com as licenças, deixar todas essas obras e intervenções prontas para que no momento em que o repasse seja feito as obras possam fluir com a maior celeridade possível.

Quanto à previsão do ano, é um pouco difícil de dizer. Para a receita de capital, eu prefiro, nesse momento, ainda acompanhar a efetiva execução, porque qualquer estimativa, para a receita de capital, é muito difícil, porque restam quatro meses. Mas são receitas que podem ser repassadas na sua integralidade em dezembro. Então usar a média dos últimos meses não é adequado. Então é uma receita que precisamos acompanhar mês a mês, e, de acordo com a sua realização, vamos liberar as despesas.

**O SR. PRESIDENTE (José Police Neto)** – Agradeço o Secretário. E anuncio a presença do Vereador Jair Tatto. V.Exa. tem alguma questionamento? (Pausa) Está absolutamente satisfeito.

Eu vou ser bastante breve. Eu escutei seis vezes “conforto”, duas vezes “transparência” e “supertransparência”. Eu me sinto confortável, afinal, se o secretário está seis vezes confortável na fala dele, eu só posso dizer que eu também estou confortável. Só não está confortável acreditar que nem o secretário tem como prever o que vamos receber como transferências de capital ou investimentos que serão realizados. Se o nosso secretário não sabe, eu não posso nem imaginar quem saiba. Se o nosso secretário de finanças, que hoje conduz tanto a receita como a despesa, há quatro meses do fim do exercício, não tem condição de dizer para a gente qual é a previsão, imagina quem pode na sociedade paulistana.

Falo isso não para diminuir ou aumentar a responsabilidade de um ou de outro, mas porque, quando assumimos tarefas públicas, temos que colocar informações que muitas vezes podem parecer pouco ou muito ambiciosas pela responsabilidade da investidura do cargo, mesmo que erremos. Mesmo que erremos, temos de dizer à sociedade “a nossa expectativa é de ‘x’; pode ser frustrada, mas tenho a coragem de dizer que é ‘contrato’”.

Falo isso por conta da supertransparência e da transparência, que nos dois casos de quinta-feira da semana passada e ontem, numa tentativa de alterar a lei do IPTU, se deu toda a transparência, o debate público, a informação à sociedade, para, de fato, a gente conseguir entender o que o governo quer quanto ao tributo, que o ano que vem pode ter 200, 150, 180 milhões a mais. É importante enfrentar o retentor especulativo. De fato, falo isso triste, porque, na realidade, as metas apresentadas no papel mostram bastante conforto, mas,

infelizmente, não é esse conforto que a gente tem na rua quando a gente dialoga com a população. Sei que são duas coisas absolutamente díspares, mas é um pouco disso que a sociedade acaba por nos cobrar lá fora. Ainda continuamos com 120, 130, 140, 150, 160 mil crianças fora das creches, e, portanto, o ganho das metas sendo cumpridas não está sendo conseguido ser transferido àquele que mais precisa, deste ganho de qualidade de sermos o melhor do Brasil, e, quando não é melhor do Brasil, só não é melhor que o Governo do Estado, que também pouca importância tem mostrado o rendimento de suas metas, porque continua faltando água, continua não conseguindo fazer os investimentos na área de saneamento. Para não sermos catastrofistas, termino agradecendo muito ao Secretário, à equipe que o acompanha, no esforço de dar transparência aos dados públicos.

Mas quero lamentar o episódio de quinta-feira da semana passada, com uma emenda entregue a esta Casa – não vou dizer no apagar das luzes, mas nem no ascender dela, porque nenhuma audiência pública foi realizada, e todos nós sabemos que as matérias tributárias têm que ser tratadas no mínimo em duas audiências públicas. Optou-se por um regime diferenciado – apresenta-lo em forma de emenda, não debater. E aí, sim, o esforço no plenário, de receber informações por telefone, às 11h15, 11h20 da noite de ontem. Tentar achar o Secretário, que está em Brasília, está não sei onde. Vai ver se a informação é conforme, se não é conforme, atinge 120, 130, 170 mil. E nós, aqui, sem essa supertransparência ou transparência apontada no cumprimento de metas. Para mim, deixa um sabor amargo. Como sou filho de servidor dessa carreira, às vezes tenho a lamentar a forma com que tem sido cozida essas super ou transparência, aqui tão bem anunciada, mas que não prática não surte esse efeito para quem está do lado de cá, querendo, sim, que se tenha transparência. Mas é a vida. E a vida nos impõe, às vezes, desilusões. A gente vai continuar acreditando que no momento, não sei qual, o discurso vai ser mais próximo da prática.

**O SR. SECRETÁRIO** – Agradeço suas ponderações. Sou obrigado a reafirmar a conduta de transparência da Secretaria de Finanças e a minha pessoal, que é total, inclusive sem tirar as palavras do contexto, e eu fui transparente nisso. E tenho o conforto de reafirmar que a receita de capital não é algo fixo do controle do município, pois depende do repasse de outro ente – dos governos estadual e federal. Do ponto de vista da estimativa, também temos o conforto que ela é feita com a melhor técnica possível, de forma transparente. Seria não transparente se não fossem explicitados os convênios que existem e as intenções de intervenções que o Poder Público está buscando. Fazer isso não quer dizer que se o outro ente

que se comprometeu a repassar esses recursos, por alguma razão, por alguma dificuldade, não o fizer, que isso deixou de ser transparente ou algo assim. De fato, é difícil dizer o montando de recursos que será repassado a título de convênio nos meses restantes, e não tenho como controlar isso, e nenhum outro secretário do país poderia dizer, exceto o Ministro da Fazenda ou o Secretário de Fazenda do Estado. Então, com bastante tranquilidade e com bastante conforto, eu reafirmo que isso, do ponto de vista de previsão e receita de capital, a melhor técnica disponível está sendo empregada, e desafio a apresentação de outras técnicas de estimativa de receita de capital para fins de previsão que sejam melhores ou mais adequadas que a nossa, e estamos à disposição para absorver melhores técnicas de previsão de receita. Mas, de fato, pode conversar com qualquer especialista, a previsão de receita de capital não depende do ente receptor, mas do ente repassante. Então, é claro, a gente, em constante diálogo com as esferas que têm esses convênios celebrados, mas seria leviano dizer que serão repassados mais dois, três, quatro bilhões, ou mais 200 milhões de reais. Se fizermos pela média do que foi repassado até o momento, vamos ter algumas centenas de milhões a mais para o restante do ano, que vai ser claramente insuficiente em relação à previsão de receita. Mas, até nisso, posso ser leviano com quem está do outro lado, que pode estar tentando fazer um grande esforço para repassar, ao final do ano, valores substanciais em relação a isso. Então é muito difícil apresentar um número diferente sem ser um grande erro. De fato, a gente arrecadou 500 milhões nesse período. Se for pela tendência, receberemos algumas centenas de milhões a mais. A nossa expectativa e a nossa luta é para que isso esteja na casa de bilhões de reais.

Quanto à transparência em outras matérias, a Secretaria de Finanças continua à disposição. A discussão sobre ajustes na legislação do IPTU vem sendo debatida na Casa desde a semana passada. Certamente já são horas e horas de debate sobre o assunto. E a Secretaria de Finanças está completamente à disposição para debater, fornecer as informações, que vem sendo prestadas, e o projeto vem sendo aprimorado. A tentativa que, num cenário de dificuldade, haja um benefício fiscal para grandes proprietários de áreas privadas que ficam na cidade fomentando a especulação imobiliária. Então é uma tentativa que nos parece, do ponto de vista do mérito, adequada, e estamos submetendo à Casa, que tem debatido com bastante intensidade.

Também sou obrigado a fazer um contraponto à questão das metas. Eu entendo que dentro do cenário econômico vivenciado pelo país, e dentro da redução brutal que todos os

entes estão passando nas suas intervenções, o município tem mantido um patamar de investimento importante e tem atingido metas, tem expandido creches – principalmente as vagas em creches –, tem atuado na área da saúde. Todas as intervenções são suficientes para resolver todos os problemas? Provavelmente não, mas o empenho é grande, e tenho certeza de que todos os secretários das áreas afins, dentro dos poucos recursos que estão sendo disponibilizados, estão fazendo o melhor possível na aplicação desses valores. Então entendo que o município tem caminhado com firmeza para cumprir a maior parte das metas previstas no programa de metas. Vamos lutar até o fim para disponibilizar recursos e zelar para que os recursos disponibilizados sejam aplicados da melhor forma, na tentativa de cumprir ao máximo as carências que a cidade tem. Esse é o compromisso da Secretaria de Finanças, esse é o compromisso que eu tenho com essa Administração, com a instituição, que é a Prefeitura de São Paulo, com o ente do qual sou servidor de carreira. Essa é a minha missão, esse é o meu trabalho do dia a dia.

Muito obrigado.

---

**O SR. PRESIDENTE (José Police Neto)** – Muito bom. Então, como há disposição do Secretário de participar do amplo debate, eu quero anunciar uma audiência pública para tratar da emenda apresentada pelo Governo na quarta-feira da semana que vem, às 9h. Esperamos o Secretário na quarta-feira da semana que vem, às 9h, para debatermos a emenda apresentada ao projeto de lei, o seu alcance, a sua amplitude e os reflexos que eles trazem para a sociedade paulistana.

Assim, encerramos os nossos trabalhos. Muito obrigado a todos. Até a semana que vem.